



**AMAZÔNIA NO PLURAL: RELIGIÕES,
FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

I SIMPÓSIO NORTE DA ABHR
IX SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP/UEA
I FAZENDO ARTE NORTE

**MIGRAÇÃO PARENSE PARA O AMAZONAS:
FRONTEIRAS, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES**

GT 12: COMUNICAÇÕES LIVRES

Suena Santarém Loureiro¹

¹ Acadêmica do 8º período de História no Centro de estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: suena.santarem13@hotmail.com.

Introdução

Esta comunicação tem por finalidade refletir questões de fronteiras e identidades, constituídas em contextos históricos de trânsito/migração entre Pará e Amazonas. A partir de um processo de evidenciamento desses contextos, problematizamos a ideia de fronteira estabelecida pelo Estado Colonial e Pós-colonial, que sempre foi burlada por experiências e protagonismos de sujeitos que buscaram construir seus espaços de vida e sobrevivências.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida tendo-se em vista a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC², em curso de História realizado no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP, pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Insere-se no âmbito das práticas do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas – GEHA, do qual decorrem pesquisas como as de Júlio Cláudio da Silva e João Marinho da Rocha, que em certos aspectos, iluminam a respeito do intenso trânsito da população negra entre Oeste do Pará e o Leste do Amazonas, especialmente, como as que ocorreram ao longo do século XIX e início do XX, chegando a formar comunidades negras rurais e quilombolas, como as que reivindicaram diferenciação étnico-racial no rio Andirá, Barreirinha-AM².

Nossa pesquisa insere-se, portanto, nesse esforço de identificar e reconhecer tais trânsitos dos diversos sujeitos sociais que, historicamente, tramaram seus destinos e construíram suas vidas entre as fronteiras Pará-Amazonas. Na pesquisa, focaliza-se tal questão, tomando como recorte as experiências de deslocamentos ocorridas na segunda metade do século XX, nos contextos dos *grandes projetos* experimentados na Amazônia, com destaque para o Polo Industrial de Manaus, como um forte elemento atrator de destinos do Oeste Paraense.

No esforço de localizar e situar os percursos do século XX, realizamos uma investida teórica junto a autores que tratam de processos históricos regionais ainda no século XIX. Nesse sentido, e para este momento, apresentamos uma breve reflexão acerca de tal temática a partir das indicações constantes nos textos de autores estudados num contexto da disciplina História da Amazônia 2 no semestre 2016/02, ministrado por João Marinho da Rocha. A consulta e análise de tais textos nos permitiram refletir e produzir, naquele contexto, escrita sobre essa dinâmica migratória interna na Amazônia no século XIX e entender as relações históricas que possibilita-

² A Fundação Palmares, através da portaria nº 176 de 24 de outubro de 2013, registrou no livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou de acordo com a auto definição e o processo em tramitação junto a referida fundação que as comunidades de Boa fé, Itucuara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescente de quilombo. Ver Diário oficial da União Seção 1 nº 208, sexta, 25 outubro.

ram essa trajetória de homens e mulheres. Citamos especialmente as conexões estabelecidas de tais sujeitos com as conjunturas econômicas, sociais e políticas daquele século, tais como a Cabanagem (1836-1840) e a expansão em larga escala da extração da borracha em fins do século (1870-1920).

Sobre o recorte para a segunda metade do século XX, vale lembrar que a Amazônia atravessava redirecionamentos de políticas do Estado autoritário Brasileiro, especialmente na década de 1970, quando foram criadas medidas que aumentaram o processo produtivo de alimentos e abertura de novas fronteiras na região. Vista outra vez pelo capital como fornecedora de matéria prima, a Amazônia estabeleceu setores agropecuários e extrativistas. A nova onda de colonização dos espaços regionais, baseou-se na formação de fazendas, geralmente ao redor dos rios e estradas, e as cidades que foram formadas a partir deste momento eram complemento das fazendas que se faziam presentes em diversos locais da região amazônica (TOBIAS, 2002).

Dentro desse contexto situamos a cidade de Terra Santa – PA, local de onde parte nossas análises na construção do referido TCC. Consta que a cidade denominada Terra Santa origina-se de uma antiga fazenda de criação de gado bovino, por volta dos anos 1930. Situada no extremo Oeste Paraense, fronteira com o Amazonas, este município foi distrito de Faro³ até o ano de 1992, quando construiu seu processo de emancipação política⁴.

Por ser uma cidade situada distante da capital paraense, ou seja a 891 km de Belém e, por estar em uma região de fronteira, observa-se que há um grande fluxo migratório dela para cidades mais próximas, como Parintins e Manaus, situadas a Leste do Estado do Amazonas, reatualizando corredores históricos de mobilização populacionais. Mas, o fluxo que ocorre nos dias atuais tem relação com algo que muito frequentemente acontecia há um determinado tempo, por conta dos interesses que os diversos grupos tinham, como por exemplo, quando no Brasil a Amazônia era dividida administrativamente entre Grão-Pará e Alto Rio Negro, sendo esses trânsitos sempre intensos na Amazônia.

Amazônia: uma fronteira aberta

Ao tratar a respeito do processo de migração, evidenciamos uma dinâmica social que ocorre em

³ “A villa de São João Baptista de Faro, que teve sua origem em uma aldeia dos índio Uaboys, estabelecida abaixo da confluência do histórico Nhamundá ou Jamundá com o Pracatú, acha-se situada na extremidade ocidental de um bello lago, de 3 milhas de comprimento e 2 de largura e na margem esquerda do mesmo Nhamundá [...]”. (SOUZA, 1873, p. 173)

⁴Ver Godinho (2005). Monografia de Conclusão do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

vários momentos na Amazônia. Trata-se de um processo marcado pela trajetória de vida de sujeitos que precisaram, desde sempre, encontrar em novos lugares os meios de sobrevivência.

Neste tópico trabalharemos com a dinâmica migratória que ocorre nas fronteiras abertas entre os dois maiores estados da região norte, Pará e Amazonas. Buscaremos refletir sobre algo que perpassa através de séculos na Amazônia, ou seja, o contato e a forma de vida de sujeitos sociais marcados por diferentes contextos, perspectivas e expectativas, dentro das fronteiras dessa região.

Focalizamos o trânsito de sujeitos das regiões de fronteira de Terra Santa à Parintins, que em seguida se estende à Manaus. Esse trânsito continua solto no século XX, atrelado aos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia, já que a área do oeste do Pará se torna esquecida por parte dos governantes, que não olham para essas regiões de fronteira. E a trajetória dos sujeitos ao longo do século XX, nos ajuda a perceber essas configurações sociais, cenários políticos e processos.

Visualizaremos tais trajetórias com auxílio da metodologia da história oral, estando atento para o fato de que a memória se constitui como um processo identitário, quando faz referência à culturas e comportamentos coletivos, já que se lembra individualmente, mas este sujeito sempre está inserido social e historicamente em determinada perspectiva (DELGADO, 2010). Mais que isso, “o ato de lembrar insere-se entre as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração de representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da História” (DELGADO, 2010, p. 46).

De acordo com Cardoso (2010), trazer as narrativas para um campo de investigação, requer pensar como esses indivíduos se faziam sujeitos no enredo que construíram e como suas experiências individuais nos falam sobre o significado de processos sociais marcados tanto pelas tensões, quanto pelas contradições nos diversos espaços que frequentavam.

As questões trazidas para esta breve reflexão dialogam algumas entrevistas, realizadas com sujeitos que fizeram parte de processo de migração. Elas foram feitas, na cidade de Terra Santa – PA, com pessoas que atravessaram os limites do Estado entre as décadas de 1970, 1980, 1990 e a partir dos anos 2000. Nisso, reatualizaram processos históricos dos tempos coloniais e no Império, nos contextos cabanos (1836-1840) e extrativistas, como na Borracha (1870-1920), já citados, quando tais trânsitos eram comuns nas práticas econômicas, políticas, sociais e culturais entre o Oeste Paraense e o Leste Amazonense.

Essas entrevistas evidenciam segmentos das histórias de vida de diversos atores sociais marcados por um processo contínuo de busca de melhores condições de vida e sobrevivência para além de seus lugares de origem. Além disso, elas iluminam as conexões econômicas, sociais, políticas e culturais na Amazônia. Esses relatos constituem-se de diferentes narrativas, indo desde questões econômicas à questões educacionais, apenas para citarmos duas delas.

Sobre a primeira, amplamente visualizada nas trajetórias e sonhos de vidas de sujeitos repelidos de suas localidades no interior da Amazônia, lugares representados por eles como *sem muita opção* e atraídos pelo grande espaço produzido e reatualizado para uma nova frente do capital na Amazônia Ocidental, que foi o que ocorreu com a cidade de Manaus a partir da década de 1960, com a implantação da Zona Franca. Muitos dos quais requalificados economicamente, até então pescadores e plantadores de juta e malva, nas várzeas no Rio Amazonas e afluentes, tornaram-se *montadores de peças* do Distrito Industrial de Manaus. Foram, ao que parece, atraídos pelo eterno *mito viajante* do *El Dorado*, que como indica Castro (2010), reatualiza-se constantemente nas políticas do Estado para a Amazônia nos diversos cenários históricos.

Sobre a segunda, ocorre que impulsionados pela vontade e necessidade de estudar, a fim de deixarem *de cavar buracos na lama da mineradora Vale do Rio Doce em Porto Trombetas*, em Oriximiná-PA muitos, como é o caso de Reginaldo Barbosa Gentil (Atual Secretário de Educação de Terra Santa), que por não ter o Ensino Fundamental completo, foi retirado do ônibus e reclassificado para o caminhão *pau-de-arara*. Cena ocorrida no seu contexto de trabalho na *frente de exploração de bauxita* no rio Trombetas, e que marcou definitivamente sua trajetória. Desde então, tomou para si a decisão de estudar e isto implica em *desterrar*.

Para tanto, tiveram que mudar de cidade e de vida, outros, pela falta da oportunidade de emprego, precisaram buscar, em um primeiro momento, em cidades menores como Santarém, se a decisão fosse para a Amazônia Oriental, ou Parintins, se a decisão fosse para a Amazônia Ocidental, objeto destas reflexões. Na sequência, impulsionados pelos grandes projetos que se faziam na Amazônia, partiram rumo a capital Manaus.

Migração na Amazônia no século XIX: os diversos atores sociais

O Baixo Amazonas⁵, como era conhecido nos tempos coloniais e imperiais, que é a atual região do Oeste do Pará, foi e é um dos pontos do Estado onde mais se encontram populações

⁵ Os principais núcleos populacionais tornados cidades no XIX foram Santarém, Óbidos, Alenquer e Faro. Atualmente além dessas cidades, mais 11 municípios, constituem o Oeste do Pará: Almeirim, Belterra, Curuá, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha e Terra Santa.

negras e mestiças do Grão Pará. É dessa região, de onde surgem, a partir das últimas duas décadas do século XX, inúmeras comunidades quilombolas reconhecidas da Amazônia. Confrontados pelos grandes projetos de Mineração Rio do Norte que *intruzaram* suas terras e modos de vidas e iniciaram exploração de Bauxita.

No século XIX, viajantes como Bates (1979, p.102) indica que:

Óbidos e Santarém receberam, nos últimos oitenta anos, grandes levas de escravos negros; antes disso, o que havia era um cruel tráfico de índios, com a mesma finalidade, mas o seu número foi diminuindo gradativamente, e hoje os índios constituem uma insignificante parte da população do distrito. A maioria dos proprietários de Óbidos são proprietários de fazendas de cacau, situadas nas terras baixas da vizinhança. Alguns são grandes criadores de gado, possuindo muitas léguas quadradas de pastos à beira do lago grande e de outros situados no interior, perto dos vilarejos de Faro e Alenquer.

Sobre as existências e formas de relacionamentos com a sociedade escravista, Bastos (2000, p. 101) indica como tais mocambeiros do Trombetas exerciam suas relações econômicas e sociais com a cidade de Óbidos nos idos do XIX:

Os mocambos do Trombetas são diversos [...] atraem os escravos [...] Os negros cultivam a mandioca e o tabaco [...] colhem a castanha, a salsaparrilha etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões que sobem o trombetas, eles o fazem habitualmente.

Essas populações transitavam dentro da Amazônia, tendo sempre uma fronteira aberta entre o Grão-Pará e as Guianas, especialmente no Baixo Amazonas e entre este e o Alto Rio Negro (GOMES e QUEIRÓZ, 2003). Abaixo, conta o relato de Bates (1979, p.114-115), sobre um negro encontrado nas mediações da atual Parintins-AM, vindo do rio Madeira, que pretendia comercializar seus produtos em Santarém-PA. Tal fato evidencia os mundos das relações entre os agentes sociais e trocas de solidariedades, para além daquilo que o Estado considera como Fronteira.

No dia 27 chegamos a um promontório cujas terras eram altas e cobertas de matas; é chamado Parentins, e atualmente forma os limites entre as províncias do Pará e do Amazonas. Ali encontramos uma pequena canoa, que descia o rio com destino a Santarém. Seu proprietário era um negro livre por nome de Lima; ele descia o rio, acompanhado da mulher, com o fim de trocar a sua produção de fumo por mercadorias europeias. A canoa era comprida e rasa, e estava tão carregada que sua borda quase chegava ao nível da água. Lima morava nas barrancas do Rio Abacaxi, que vai desaguar no Canomá, um canal interior que se estende desde o Rio Madeira até o Parentins, [...] era natural de Pernambuco, mas fazia muitos anos que se fixara naquela região. Trazia em sua companhia uma jovem

índia pertencente à tribo dos Mauhés, cuja terra de origem é a região situada antes do Canomá, entre o Madeira e o Tapajós.

Sobre esses trânsitos e entrepostos comerciais, Conego Bernardino (1873), indica como havia um comércio intenso nessa fronteira Oeste/Leste, indicando que os produtos de Cerpa/Itacoatiara e Vila Bela/Parintins, saíam registrados pelo porto de Óbidos. Dentre os vários produtos cita o comércio do pirarucu que “dá-se em todo o Amasonas, sendo o districto de Villa-Bella o que fornece a maior quantidade do peixe secco (pirarem), que abastece as duas províncias do Pará e Amasonas” (SOUZA, 1873, p.74).

Em meados do século XVIII e início do XIX, de acordo com Ricci (2003), o Pará cresceu significativamente, mais precisamente durante os anos em que funcionava a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e em que ele possuía ligações comerciais e políticas na ocupação da Amazônia, expandindo seus limites e fronteiras. De acordo com essa autora, as famílias que residiam no Pará, eram migrantes de outras capitanias.

A antiga Capitania do Grão-Pará iniciava o século XIX com o contato não só entre homens letrados e comércios entre os diversos locais, mas também com a troca entre as ditas *pessoas mais simples* (livres pobres, libertos e escravos) em todos estes pontos. Havendo inclusive, uma migração interna de pessoas, principalmente os escravos negros (RICCI, 2003).

De acordo com Gomes e Queiróz (2003), no período da exportação da borracha na segunda metade do século XIX, era utilizada a mão-de-obra do mameluco, caboclo ou tapuio, esses grupos circulavam nas regiões do Grão-Pará. E em várias áreas da Amazônia, muitos dos quais passaram a ser fugitivos, se uniram e formaram comunidades, e encontravam-se também frequentemente nas fronteiras da região. Eles reinventaram constantemente suas próprias fronteiras e também identidades. Ainda de acordo com os autores, “grupos de fugitivos negros do Suriname, grupos indígenas e negros fugidos do Grão-Pará encontraram-se frequentemente nas fronteiras amazônicas” (GOMES e QUEIRÓZ, 2003, p. 150).

No livro *O Fim Do Silêncio* de Patrícia Sampaio, no artigo de Ygor Olinto Rocha Cavalcante, intitulado *Fugido, ainda que sem motivo: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888)*, mostra-se a fuga de escravos e escravas “com experiências históricas específicas” (CAVALCANTE, 2010, p. 44). As informações foram recolhidas através dos inúmeros jornais da época, que mostram que a maioria das fugas que saíam das mais diversas regiões amazônicas, ou mesmo do Oeste do Pará, tinham Manaus como destino, cidade que crescia e se modernizava oferecendo trabalho e a oportunidade dos escravos conseguirem o pecúlio.

É importante destacar que no início da década de 1820 a agitação pelo Brasil iniciou por conta do cenário de independência, e destacou-se também o estado de espírito do povo do Pará e Amazonas, onde se intensificou as comunicações entre os moradores da capitania do Pará e das capitanias vizinhas. Onde homens livres, índios e negros entravam e saíam dos sertões de dentro e fora das capitanias (RICCI, 2003). Está ocorrendo, nesse momento, uma transição política em que o Brasil passa de Colônia para Império, e isso vai refletir nos trânsitos dos sujeitos que vivem na região norte.

No século XIX, está se discutindo a emancipação política do Brasil, em que havia nesse momento um conflito e uma contradição entre o alto Amazonas e o Grão-Pará. O Amazonas não possui sua autonomia política e quando ela ocorre demonstra ser uma independência problemática, pois os seus governantes são todos Paraenses. Isso vai alimentar e criar uma memória negativa sobre o paraense, que se faz presente por todo o século XIX, adentrando o XX, e reatualizado na atualidade nas memórias aqui analisadas.

O principal movimento que elevou o *estado de espírito* na região amazônica foi a Cabanagem (1836-1840), sendo um movimento político constituído no Pará e no Amazonas, registrando intensa participação de camadas populares, que lutavam pela independência e igualdade no Brasil no século XIX. A sua grandiosidade se revela no número e na diversidade de pessoas envolvidas, e no grande território alcançado pelos confins da Amazônia. Este movimento tinha a presença de povos indígenas, os escravos negros fugidos e demais populações ribeirinhas.

De acordo com Pinheiro (2001), em 1836, no período da regência, foi enviada uma tropa do Exército, sob o comando do general Francisco D'Andréa, para combater os cabanos, a tropa cercou Belém provocando a retirada dos cabanos para o interior do Pará. A última fase da luta demorou alguns anos e na Amazônia houve diversos combates de grupos dispersos de cabanos enfrentando as forças imperiais do Brasil, o que resultou não somente em um massacre de inúmeras comunidades indígenas e grupo quilombolas, mas também na fuga desses grupos para o interior do Baixo Amazonas, o que ocasionou o fim do conflito e, conseqüentemente, o aumento das redes de solidariedades na atual região Oeste Paraense e Leste Amazonense.

Migração e Trajetórias: os sujeitos do século XX e XXI

Acerca dos movimentos contemporâneos, verificamos entre Oeste Paraense e Leste Amazonense intensa movimentação em busca de oportunidades de formação educacional e profissional em centros regionais maiores, que aparece como fator mobilizador de jovens Paraenses saídos de Terra Santa e demais cidades.

Os fluxos migratórios destinados à Parintins ou Manaus podem ser encarados a partir de várias interpretações que permitem identificar essas diferenças de contextos e estruturas sociais presentes nos deslocamentos populacionais. Portanto, cada migrante ou grupo de migrantes, tem uma trajetória social diferenciada, construída a partir de um constante contato com as estruturas sociais distintas do seu local de origem.

Percebemos essas trajetórias diferenciadas ao recorrermos às narrativas dos sujeitos entrevistados no decorrer da pesquisa. Cada um deles possui uma história de vida única, mas que está ligada a um contexto social, econômico e cultural mais amplo.

Um caso emblemático é o da senhora Ana Lúcia Fernandes Ribeiro que saiu da cidade de Terra Santa – PA, na década de 1970, para estudar na cidade de Parintins-AM, já que sua cidade natal não oferecia condições para que prosseguisse nos estudos. Segundo ela, as pessoas que quisessem estudar tinham que ir para outros locais. Após o término do seu estudo e especialização, partiu na década de 1980, para buscar emprego na capital, atraída pela Zona Franca de Manaus:

Aí eu fui pra Manaus que eu trabalhei cinco anos na SHARP, fiquei trabalhando lá [...] Eu era analista de inventário rotativo [...] Eu comecei como [...] na produção de montadora, e aí com seis meses tu tem direito a fazer um teste [...] Aí uma vez eu vi, eu vi uma vaga pra auxiliar de custos, e aí eu fiz um teste pra mim [...] e quando eu fiz o teste eu passei, passei. Com seis meses eu saí da produção. Aí eu fui pra lá, trabalhei num, no departamento de custos, aí com o tempo, aí eu trabalhei, aí peguei uma promoção pra analista de inventário rotativo, aí eu fiquei lá trabalhando, durante cinco anos eu trabalhei lá⁶.

Sobre esse contexto, Batista (2007) nos diz que a Zona Franca de Manaus foi criada em 1957, mas em 1967 o presidente Castelo Branco a reformulou completamente, para vigorar durante 30 anos, promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento da Amazônia. Mas, ele aponta tanto os aspectos positivos, quanto elenca dez pontos negativos da Zona Franca de Manaus, dentre estes o “deslocamento maciço do interior, que viu nas novas perspectivas de Manaus uma esperança para alcançar um nível de vida digno” (BATISTA, 2007, p. 351). De acordo com esse autor, tal população se estabeleceu, sobretudo, nas periferias de Manaus em constante expansão urbana, via ocupação de terras.

Tal situação pode ser percebida a partir do relato do senhor Manoel Duque de Castro (55 anos, aposentado) que saiu da comunidade do Ubim, localizada próximo à cidade de Terra Santa,

⁶ Ana Lucia Fernandes Ribeiro, professora, 50 anos. Entrevista realizada em Abril de 2017 em Terra Santa Pará.

no interior do Pará, rumo à cidade de Parintins-AM, ainda criança, impulsionado pela necessidade de estudar. Mas por conta da falta de recursos financeiros, e a não adaptação nas áreas de várzea da Amazônia, teve que ir junto com seus pais, sua esposa e alguns irmãos, para a capital amazonense, instalando-se nas referidas áreas de ocupação, comumente classificadas pelo Estado como *área de invasão* dentro da cidade.

[...] o papai decidiu vim embora pra Parintins e depois, decidiu vender a casa pra gente ir embora pra Manaus. [...] Nessa nossa mudança pra Manaus aí só acompanhou eu e minhas irmãs menores que eu [...] também morei num bairro que era de invasão, Terra Nova, era [...] aliás em Manaus parte daqueles bairro tudo [...] naquele tempo era só invasão. [...] Invadiam e depois o pessoal [...] aí o prefeito mandava aterrar, meter rua, meter luz, [...] e eu consegui também um terreno lá e até hoje ainda tenho casa por lá7.

Tais relatos nos deixam a impressão de que as cidades localizadas nas fronteiras Amazônicas são esquecidas, de modo proposital, por seus governantes. Assim, estas cidades não oferecem aos seus habitantes condições dignas para que tenham uma boa educação e saúde. Consequentemente, esses sujeitos precisam migrar para outras cidades, repelidos de seus locais de origem, por conta das más condições de vida que lhes são oferecidas. Esta é uma prática corriqueira observada na região do Oeste Paraense até pouco tempo.

O caso do senhor Reginaldo Barbosa Gentil (50 anos, Secretário de Educação) o qual foi parcialmente explicitado em trecho antecedente neste texto, evidencia essa dinâmica no contexto da cidade de Terra Santa - PA na década de 1990, a qual não possuía recursos e uma estrutura que atendesse aos anseios da população, deixando a desejar em aspectos educacionais, por exemplo. Durante a entrevista ele relata que passou um longo tempo sem ter acesso ao estudo, e que somente no momento em que teve que cavar buraco na construção civil, percebeu que teria que sair de seu local de origem à procura de oportunidades, tendo ele se deslocado, em busca disso, rumo à capital do Amazonas:

[...] a minha viagem pra Manaus, aconteceu no ano de 2001, eu passei quatorze anos parado sem estudar em Terra Santa. Quando eu parei de estudar eu tinha 15 anos e voltei a estudar com 26 pra 27 anos, eu tinha só a sétima série. Fui trabalhar em trombetas, cavando lá buraco na construção civil, passei lá algum tempo e depois tomei a decisão de estudar [...] Terra Santa naquela época não oferecia nenhum curso de graduação. [...] era

⁷ Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa Pará.

muito difícil naquela época, muito difícil mesmo! Nós não tínhamos oferecimento de nenhum curso técnico, nenhum curso de graduação, enfim, nenhum curso de nível superior e nem técnico. Isso motivava muito a gente a sair de Terra Santa.

A falta de condições para prosseguir nos estudos fez com que Reginaldo perdesse uma grande oportunidade de emprego e a chance de poder mudar de vida. Ele segue sua narrativa, mostrando o quanto isso marcou profundamente sua trajetória e as decisões que tomaria dali por diante em sua vida. Por meio de uma cena impactante que nos mostra que os sujeitos que não possuem formação oriunda de estudo, são reclassificados e, em certa medida *desqualificados*, nas frentes de expansão e produção de espaços do capital na Amazônia adentro.

[...]infelizmente sem estudo você não consegue nada melhor, né. Perdi algumas oportunidades de emprego, inclusive na Vale do Rio Doce, né, no ano de 91, eu perdi essa oportunidade porque eu não tinha o primeiro grau, ofereceram dez vagas, nós éramos em torno de cinquenta homens de Terra Santa e Oriximiná, [...] e eles foram lá oferecendo vaga pra quem tivesse o segundo grau, e não tinha ninguém dos quarenta, depois eles baixaram pra quem tivesse o primeiro grau pelo menos, e eu só tinha a sétima série naquela época. E aí aquilo já me marcou, e só tinha três pessoas com o primeiro grau, inclusive esses três eles entraram pra Vale do Rio Doce, Mineração Rio do Norte projeto Trombetas, e nós em torno de 35-37 fomos pra uma empresa de construção civil, uma terceirizada. Fato curioso foi que também me marcou nessa época foi [...] na hora da saída lá do escritório, aí todos nós nos dirigimos pra um ônibus, entramos no ônibus e com poucos minutos um funcionário veio [...] e perguntou se nós [...] iríamos entrar pela Mineração, fazer integração, e aí a gente disse que não, e ele disse não, então desçam do ônibus que vocês vão no caminhão pau-de-arara, pra ir lá atrás num outro caminhão. Então tudo isso já foi marcando pra mim, pra mim poder ir embora de Terra Santa⁸.

Através desses relatos constituímos caminhos sugestivos de uma reflexão sobre a sociedade capitalista, a qual ao mesmo tempo em que integra determinados sujeitos, a partir de seu nível intelectual, exclui e desqualifica tantos outros, pelo mesmo motivo. Tendo este segundo grupo, pela necessidade de se enquadrar ao modelo proposto, a buscar se incorporar às exigências impostas pelos mecanismos capitalistas vigentes.

Considerações finais

As razões pessoais do fenômeno migratório podem ter diversos resultados, podendo ser ocasionados pelos desequilíbrios regionais dos fatores de produção. Seja em um enfoque neoclássico, em que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, seja

⁸ Entrevista realizada em Abril de 2017. Terra Santa –PA.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

em uma abordagem em que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país, os motivos da migração são relacionados ao trabalho e aos protagonistas do processo (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2004).

Percebemos, com maior nitidez, uma atualização dessa dinâmica presente na Amazônia desde o século XIX, com o trânsito das populações, desde as negras e mestiças dos contextos coloniais e imperiais, até gentes mais contemporâneas, que atravessavam os limites impostos pelo Estado, burlando as fronteiras, e que se fazem presentes na atualidade, requalificados pelos atores sociais desse processo ao longo do século XX à XXI.

Contudo, as questões levantadas aqui ilustram, no campo de estudos migratórios, a contribuição em poder trazer a interpretação sobre como que se manifesta esse fenômeno na região Amazônica, que era muito forte durante o período Colonial e continuou no Império e na República. Incontáveis são as trajetórias de sujeitos que não acabam e transgridem as fronteiras estabelecidas pelo Estado, e buscam melhores condições de vida e sobrevivência.

Portanto, essas reflexões confirmam a importante contribuição dos estudos migratórios como uma forma de representação da Amazônia, propiciando novas interpretações das conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais, tendo como base o entendimento da mobilidade humana na região, dando à Amazônia novos significados interpretados pelos povos em constante mobilidade no interior dessa região densa e complexa.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. 2º ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

CASTRO, Edna. “Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea”. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha Cavalcante. “Fugido, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial. In: SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açai; CNPq, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas Marçal. “Em outras margens: escravidão africana, fronteiras e etnicidade na Amazônia”. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. “Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino”. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu-MG. 20-24 de setembro de 2004.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. **De mocamboeiro a cabano**: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. vol. 1. Primeiro semestre, 1999

_____. **Uma revolta popular e suas versões na historiografia**. Manaus: Valer 2001.

RICCI, Magda. “O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império”. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SOUZA, Cónego Francisco Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas**. Pará: Typo do futuro, 1873.

TOBIAS, Alberto José Silva. “Dinâmica Migratória Paraense No Período 1981-1991”. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto-MG. 4 a 8 de novembro de 2002.